



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A3 POLÍTICA

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 21 de julho de 2015

Parlamentares vão depor sobre subvenções

Adelson Barreto e Augusto Bezerra se ofereceram para expor suas versões; Francisco Gualberto negou



FOTOS MARIA ODILIA



CÉSAR DE OLIVEIRA

■ Augusto Bezerra será ouvido pelos procuradores da República e pelo juiz federal, assim como o atual deputado federal Adelson Barreto

■ Deputado Francisco Gualberto negou que vai se manifestar

Habacuque Villacorte

O juiz federal Fernando Escrivani confirmou ontem que os deputados estaduais Augusto Bezerra (DEM) e Francisco Gualberto (PT), além do deputado federal Adelson Barreto (PTB), serão ouvidos sobre a polêmica em torno da aplicação

das verbas de subvenção social da Assembleia Legislativa.

O magistrado confirmou que os parlamentares, através de suas assessorias jurídicas, se colocaram à disposição para prestar depoimentos em datas ainda não confirmadas. Por sua vez, a assessoria de imprensa do deputado Francisco Gualberto nega que ele tenha se oferecido para depor sobre o assunto.

A informação é que os depoimentos não serão sigilosos, mas

não está confirmado que a imprensa terá acesso às oitivas dos parlamentares. Além da questão eleitoral, Adelson Barreto e Augusto Bezerra são alvos de ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público Estadual.

• Gualberto

Por sua vez, em nota encaminhada à imprensa, o deputado estadual Francisco Gualberto afirma que não irá prestar

depoimento à Justiça Eleitoral no processo que tramita no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) relativo ao uso das verbas de subvenções da Assembleia Legislativa no ano passado.

“Em nenhum momento a assessoria jurídica do parlamentar se manifestou nesse sentido, conforme notícias divulgadas nesta segunda-feira em diversos veículos de comunicação. O deputado esclarece que não prestará tal depoi-



**PARLAMENTARES
SERÃO OUVIDOS EM
AUDIÊNCIAS AINDA
SEM DATA PARA
SEREM REALIZADAS
NO TRE/SE**

mento por não ter envolvimento algum com o caso”.

A assessoria do parlamentar ainda explica na nota oficial que “no processo, existe apenas a sugestão de aplicação de multa ao deputado, por parte do **Ministério Público Eleitoral**, com a alegação de que não deveria usar a verba em ano eleitoral. Ademais, Francisco Gualberto esclarece que a liberação das verbas em questão cabe exclusivamente à Mesa Diretora da Casa, e não ao parlamentar”.